



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

2ª Sessão Extraordinária do Plenário Virtual – 29.7.2021

Conflito de Atribuições nº 1.00789/2021-03

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: Procuradoria da República – São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal em São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Autos n. 1000301-76.2014.5.02.0318. 30ª Promotoria de Justiça em Guarulhos. Procuradoria da República no município de Guarulhos/Mogi. Possível violação à ordem jurídica social e aos preceitos do Estado Democrático de Direito diante da existência de inúmeros trabalhadores sem o recebimento de seus haveres trabalhistas.

Decisão: O Conselho, por unanimidade, conheceu do presente Conflito de Atribuições para, no mérito, julgá-lo improcedente a fim de fixar a atribuição do Ministério Público do Estado de São Paulo para adotar as providências que entender cabíveis em relação aos fatos narrados no expediente 29.0001.0018204.2021-87, nos termos do voto da Relatora. Não votaram, o Corregedor Nacional, Conselheiro Rinaldo Reis e, em razão da vacância do cargo, um dos representantes do Ministério Público Estadual, o representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o representante indicado pelo Supremo Tribunal Federal e o representante indicado pelo Senado Federal.

Rafaela Pires de Castro Oliveira
Coordenadora de Processamento de Feitos